

Consultoria

Desenvolvimento de metodologia para avaliação de salvaguardas de REDD+

CONTRATO GIZ BRASIL Nº 83271786

PRODUTO 2A – RELATÓRIO DA OFICINA 2 – SISREDD+ (Mato Grosso)

Grupo Natureza, Sociedade Conservação – Primeira versão 14/05/18

Aprovado em 30/07/18



Indicadores do
SISREDD+



DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE
AVALIAÇÃO DAS SALVAGUARDAS DE REDD+

RELATÓRIO SÍNTESE DOS RESULTADOS

OFICINA 2 - CONSTRUÇÃO DE INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DAS SALVAGUARDAS DE REDD+ (Salvaguardas A, B e F)

Cuiabá, 09 de abril a 11 de abril de 2018

GRUPO NSC
Natureza,
Sociedade e
Conservação

Equipe responsável pela metodologia e condução da oficina

Camila Pianca – Consultora Grupo NSC (supervisão técnica e elaboração do relatório)

Carlos Eduardo Marinelli – Consultor Grupo NSC (metodologia e facilitação)

Cinthya Rejane de Jesus Cordova – Consultora Grupo NSC (apoio e relatoria das oficinas)

Este documento é fruto de uma parceria entre o **Ministério do Meio Ambiente (MMA/DPCD), Programa de Políticas para Mudanças do Clima – PoMuc (Cooperação Técnica Alemã – GIZ) e o Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (NSC)**. O objetivo desta parceria é o desenvolvimento de metodologia para avaliar se cada uma das salvaguardas de Cancun tem sido considerada e respeitada nas políticas que levam aos resultados de REDD+ e na aplicação de recursos provenientes de pagamentos por resultados. Fundado em 2012, o Grupo NSC é comprometido em trabalhar as relações entre a natureza e a sociedade por meio do desenvolvimento e análise de sistemas de informação e indicadores socioambientais adotando métodos participativos e colaborativos. Para isso, o NSC valoriza a integração de diferentes formas de conhecimento com vistas ao empoderamento de grupos e organizações envolvidas na governança de projetos, programas e políticas socioambientais, em busca de um desenvolvimento local mais justo e democrático.

Para citar esse documento: Pianca, C.C.; Marinelli, C.E. e Cordova, C.R.J (2018). Construção de indicadores socioambientais para as salvaguardas de REDD+ (A, B e F). Desenvolvimento da metodologia de avaliação das salvaguardas de REDD+ do Brasil. Relatório. Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (NSC), Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente (DPCD/MMA) e Cooperação Técnica Alemã (GIZ). Brasília. 37p.

Por ordem do



Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza
e Segurança Nuclear

Por meio da



Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

da República Federal da Alemanha

Algumas avaliações feitas por participantes ao término das atividades.

“Foi um prazer conhecer nossos companheiros de luta, e fazer acontecer, essa é nossa meta. Contra a colonização é lutar pela manutenção e emancipação dos nossos territórios”

Elizeu da Silva (Xum Xum), Quilombo Urbano de Capão Bonito, Mato Grosso

“Gostaria de agradecer a todos presentes, a Ministério do meio ambiente pela excelente ideia desta oficina e toda equipe organizadora pelo trabalho e metodologia da oficina. Foi excelente esse encontro para conhecer pessoas que devem vir para dentro do processo do estado, conseguimos estabelecer várias conversas, para nós isso foi extremamente rico, além de todo trabalho sobre as salvaguardas” Não é um tema fácil, requer esforço”.

Alcilene Freitas B. Souza, SEMA-MT

“Quero agradecer o convite e dizer para aqueles que estão aqui pela primeira vez, que é difícil mesmo, mexe com os neurônios, é difícil entender a posição das informações. Minha sugestão para próxima oficina é deixar as pessoas colocarem suas opiniões sem preocupar com a direção de onde tem que encaixar a ideia, depois os técnicos colocam no local indicado”

Manoel Edivaldo Santos Matos, STTR, Santarém

“Foi uma grande participação aqui que está se tratando aqui do segmento que mais necessita a nível nacional e estadual que são as populações tradicionais e povos indígenas e que essa discussão é muito importante. Estamos aqui para compor e construir junto essa política e que será fortalecida em outras regiões e esferas de governo, esse é o nosso grande objetivo. Agradeço e nome da FEPOIMT e estamos aqui para somar e multiplicar e para próxima podemos sanar a ausência dos atores que ainda não estão neste debate”

Soillo Urupe Chue, FEPOIMT, Mato Grosso

“Precisamos nos unificar cada vez mais para garantir os direitos que já temos, do estado que o Brasil está hoje, não podemos conquistar mais, mas pelo menos garantir o que já temos hoje”

Elcio Manchineri (Toya), APIB, Mato Grosso

“Nós para Rede GTA essa oficina tem uma simbologia muito grande, pois foi aqui em Cuiabá, há 10 anos atrás, em um encontro internacional onde começou essa construção de REDD no Brasil, com a participação das três maiores redes da Amazônia, CNS, GTA e COIAB. E desde então, estamos aqui para brigar por direitos nessa política. É bom que todos participem, pois temos a responsabilidade de fazer essa representação, e nossa missão e dever é de levar a informação até as bases para a inclusão e empoderamento desses atores”.

Maria Jocicleide Lima De Aguiar, Grupo de Trabalho Amazônico (Rede GTA) - AC

“Mesmo que o processo seja difícil, muita coisa técnica e burocrática, mas isso faz parte. O bonito é a oportunidade de as pessoas darem sua opinião e que isso fica registrado”.

Rubens Taverny, Associação dos Retireiros do Araguaia (ARA) - MT

Relatório da oficina

CONTEXTO

REDD+ (Redução das Emissões Provenientes por Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal) é um instrumento econômico desenvolvido no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) para incentivar financeiramente países em desenvolvimento por seus resultados no combate ao desmatamento e à degradação florestal e na promoção do aumento de cobertura florestal.

A decisão 1/CP. 16 da UNFCCC estabelece que, ao implementar atividades de REDD+, os países que desejam compensação financeira devem adotar as seguintes salvaguardas, conhecidas como Salvaguardas de Cancún¹:

- (a) Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes;
- (b) Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional;
- (c) Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;
- (d) Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos e desta decisão;
- (e) Que as ações sejam consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo desta decisão não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos, e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais;
- (f) Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+;
- (g) Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.

A mesma decisão 1/CP. 16 da UNFCCC também estabelece, como um dos requisitos para que um país em desenvolvimento se torne apto a receber pagamentos por resultados de REDD+, o desenvolvimento de um Sistema de Informação sobre como as Salvaguardas de Cancun são Consideradas e Respeitadas (SISREDD+) durante a implementação de ações de REDD+. Esse sistema deve, conforme Decisão 2/CP. 17 da UNFCCC: i) informar de maneira transparente e acessível todas as partes interessadas; ii) ser flexível para permitir o seu aprimoramento ao longo do tempo; iii) oferecer informações sobre todas as salvaguardas; iv) ser desenvolvido de forma autônoma pelo país; e v) aproveitar-se dos sistemas de informação existentes.

No Brasil, o desenvolvimento do SISREDD+ está previsto na Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+) na linha de ação de Coordenação de Políticas Públicas de Mudança do Clima, Biodiversidade e Florestas, incluindo Salvaguardas. A abordagem adotada pelo

¹ Salvaguardas de Cancun (<http://redd.mma.gov.br/pt/salvaguardas>)

Governo brasileiro para a concepção de um sistema de informação de salvaguardas compreende o arranjo de governança, o processo de contextualização nacional das salvaguardas, a proposta conceitual e metodológica de avaliação das salvaguardas nacionais, o desenvolvimento de uma ferramenta tecnológica e mecanismos de ouvidoria, ambos pautados no princípio de integração de sistemas/arranjos já existentes. De maneira geral, o SISREDD+ deverá servir de meios para se monitorar o respeito e o cumprimento das salvaguardas de Cancún nas ações empreendidas no âmbito da ENREDD+, prover maior transparência das mesmas para a sociedade brasileira e internacional, além de subsidiar o Sumário de Informação sobre Salvaguardas de REDD+ no Brasil².

O processo de desenvolvimento da metodologia de avaliação de Salvaguardas de REDD+ para o SISREDD+ teve início em novembro de 2017 e se estenderá até dezembro de 2018. As etapas principais deste processo são: 1. Estabelecimento dos requisitos do SISREDD+; 2. Desenvolvimento de indicadores para avaliação das salvaguardas de REDD+; e 3. Elaboração do documento conceitual da metodologia de avaliação das salvaguardas de REDD+. Este processo será baseado em oficinas regionais multissetoriais como a que foi realizada no estado do Acre (27/02-01/03) e as que serão realizadas nos estados do Mato Grosso, Pará, Minas Gerais e no Distrito Federal, cada uma com objetivos, públicos e resultados específicos a serem alcançados, de acordo com as etapas de desenvolvimento do SISREDD+.

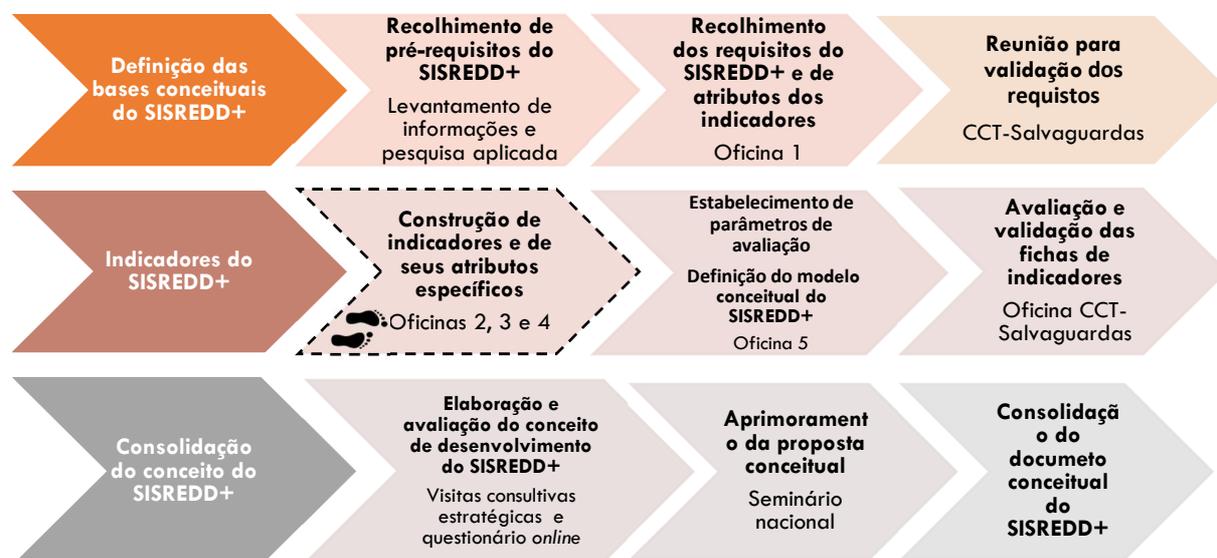
A oficina do Acre possibilitou a proposição de um conjunto de pré-requisitos do SISREDD+. Aqueles que foram validados pela CCT-Salvaguardas passam agora a ser referência para os trabalhos nas quatro oficinas posteriores (oficina 2-MT, 3-PA, 4-MG e 5-DF) e servirão de subsídios à priorização, decisão e conteúdo de consulta para orientar a construção dos indicadores.

Com os resultados obtidos em cada oficina subsidiando as oficinas subsequentes e de forma cumulativa, espera-se que este processo promova a complementaridade geográfica, identificação de necessidades comuns, integração de saberes e conhecimentos. Espera-se também que minimize a sobreposição de esforços, sem restringir possibilidades de aprimoramentos dos resultados obtidos ao longo das oficinas.

A figura abaixo ilustra o processo de *Desenvolvimento da Metodologia de Avaliação das Salvaguardas de REDD+*, com destaque para etapa atual (tracejada) de seu desenvolvimento. O processo de construção de metodologia de avaliação e de indicadores do SISREDD+ é conduzido pelo Ministério do Meio Ambiente, com apoio técnico do Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (Grupo NSC) e financeiro do Programa de Políticas para Mudanças do Clima – PoMuc (Cooperação Técnica Alemã – GIZ), e supervisão da Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas (CCT-Salvaguardas), que desenvolveu a conceitualização das Salvaguardas de Cancun para o contexto brasileiro, considerado referência fundamental para metodologia de avaliação das salvaguardas brasileiras de REDD+ e o desenvolvimento da ferramenta computacional do SISREDD+.

² Documento produzido anualmente pelo Brasil para informar como as salvaguardas estão sendo implementadas nas atividades de REDD+ (http://redd.mma.gov.br/images/salvaguardas/2sumariosalvaguardas_20170904.pdf).

Figura 1. Processo de desenvolvimento da metodologia de avaliação das salvaguardas de REDD+



A oficina do Mato Grosso foi a segunda atividade da etapa coletiva de desenvolvimento da metodologia de avaliação de Salvaguardas de REDD+ e o primeiro de três eventos (1o MT 09-11/04; 2o PA, 02-04/05; e 3o MG 04-06/06) para elaboração de seus indicadores. Para a oficina do Mato Grosso as salvaguardas selecionadas foram:

- (a) *Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes;*
- (b) *Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional;* e
- (f) *Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+.*

Após o processo análise e validação, pela CCT-Salvaguardas, dos alvos de monitoramento construídos em Rio Branco (primeira oficina do SISREDD+), 43 alvos de monitoramento (divididos entre as três salvaguardas) seguiram para a oficina do MT, como base para a construção dos indicadores. Os requisitos do sistema também foram apresentados aos participantes como base para os trabalhos em grupo.

Data, local da oficina e público:

09 a 11/04/2018 - Cuiabá – Mato Grosso. Procuradoria Geral de Justiça – MPE.

A oficina teve participação de um grupo constituído de 47 participantes, representando 34 organizações oriundas de 7 estados brasileiros.

Objetivos da oficina

1. Apropriação dos requisitos do SISREDD+ e de seus alvos de monitoramento propostos na oficina do Acre e validados pela (CCT-Salv).
2. Avaliação de públicos-alvo do SISREDD+.
3. Identificação e descrição de indicadores, e descrição da cobertura e periodicidade de avaliação dos indicadores propostos.

Programação

09/04. Integração e nivelamento

Manhã (atividade especial) - Preparatória de representantes de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e da Agricultura Familiar

Tarde (Início da Oficina) - Boas vindas e Atividade intercultural

Mesa de Abertura

- Monique Ferreira, Coordenadora Geral de Transparência e Financiamento para Florestas (Depto. de Florestas e de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente)
- Elcio Manchineri (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia – COIAB e Comissão Nacional para REDD+ - CONAREDD+)
- Alcilene Freitas (Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA-MT)
- Luiz Alberto Esteves Scaloppe, Procurador de Justiça (Ministério Público Estadual de Mato Grosso)

Apresentações (nivelamento de informações)

- De REDD+ aos objetivos do SISREDD+ (Monique Ferreira, Coord. Geral de Transparência e Financiamento para Florestas, Depto. de Florestas e de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente)
- Sistema de REDD+ no Mato Grosso – (Alcilene Freitas, Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso) e
- Uso da Geotecnologia no Monitoramento do Desmatamento e da Exploração Florestal em Mato Grosso – (Gabriel Vitoreli Oliveira, Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso)
- Debates em plenária sobre conceitos-chave e siglas utilizadas neste tema.

10/04. CONSTRUÇÃO DE INDICADORES

Apresentações preparatórias (Sistemas de informação e monitoramento)

- O desenvolvimento do SISREDD+ e a Oficina do Mato Grosso (Camila Pianca, Grupo Natureza, Sociedade e Conservação)
- Construção de indicadores e seu monitoramento (Caê Marinelli, Grupo Natureza, Sociedade e Conservação e Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia)
- Monitoramento dos impactos dos Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento dos Estados da Amazônia Legal (Carolina Guyot, Indicar Estados, Instituto de Pesquisas da Amazônia)

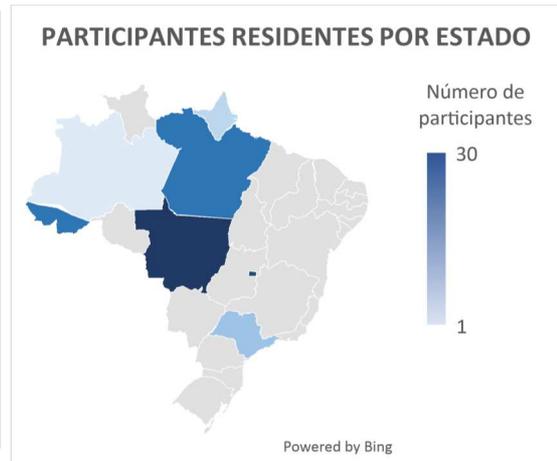
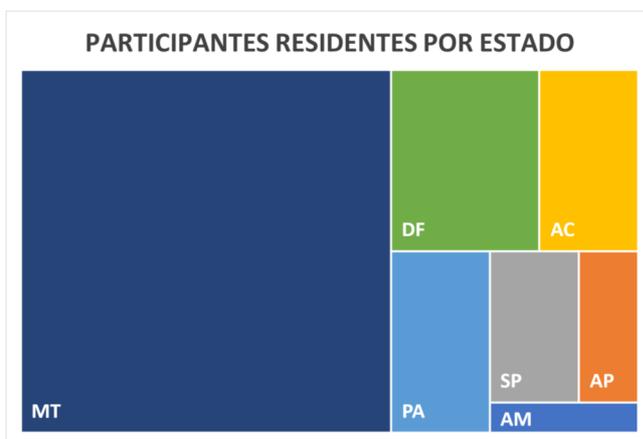
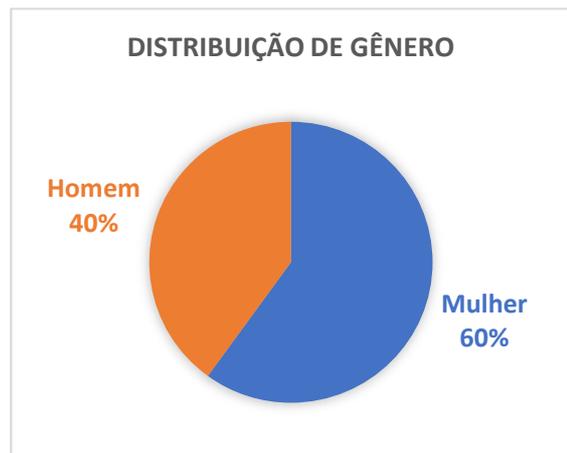
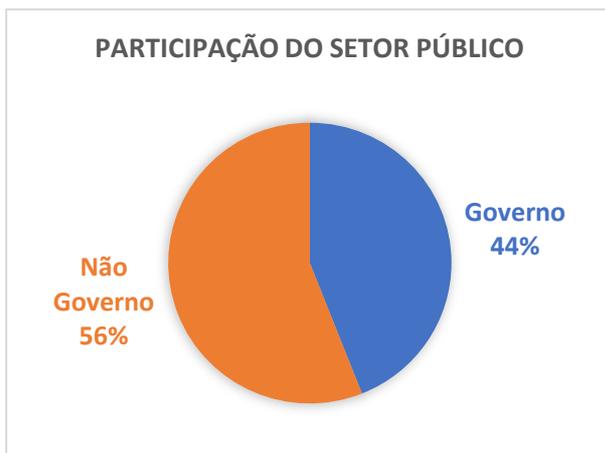
Debate sobre quais os públicos (beneficiários, envolvidos e usuários) do SISREDD+ Construção de Indicadores em grupos de trabalho

11/04. CONSTRUÇÃO DE INDICADORES E INTEGRAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

- Construção de indicadores (continuação)
- Feira de resultados (intercâmbio entre os grupos), ajustes e priorização de indicadores
- Balanço da oficina, próximos passos e encerramento

Perfil do público da oficina

47 pessoas presentes – 34 instituições – 7 estados



Primeiro dia

Integração e Nivelamento com representantes dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultura familiar e tradicional (PI, PCT, AFET)

No período da manhã foram realizadas dinâmicas de integração e apresentação dos representantes PIPCTAFETs. Em seguida, iniciou-se uma apresentação sobre o SISREDD+ pelo Ministério do Meio Ambiente (Monique Ferreira) para contextualização e nivelamento de informações.

De REDD+ aos objetivos do SISREDD+ - Conceitos e bases para o desenvolvimento de sistemas de informação e indicadores (Monique Ferreira, Coordenadora Geral de Transparência e Financiamento para Florestas, Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente)

A apresentação iniciou com o posicionamento do Ministério do Meio Ambiente em relação à REDD+, e no reconhecimento do papel das florestas no controle das mudanças climáticas. Essa política funciona como um incentivo econômico aos países que atuam na preservação de suas florestas e na redução do desmatamento e da degradação florestal.

Foi ressaltado que cabe ao país comprovar os esforços e resultados de redução do desmatamento, através de monitoramento, para captar os recursos e distribuí-los dentre os diferentes setores envolvidos. A avaliação é realizada segundo os parâmetros estabelecidos no Marco de Varsóvia, respeitando as salvaguardas de Cancun, as quais visam mitigar os impactos negativos e potencializar os positivos, através de uma visão holística do meio ambiente e da floresta, não apenas como um estoque de Carbono.

Além disso, destacou-se a importância da tradução e contextualização das metas nacionais e salvaguardas para o Brasil, no âmbito da Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+), respeitando a pluralidade desse contexto. Para isso, o SISREDD+ conta com uma participação multissetorial e multinível, buscando ao máximo chegar à base das comunidades que diretamente se relacionam com a floresta.

O SISREDD+ proporcionaria, então, a integração de dados e informações, uma governança e uma ouvidoria eficaz, promovendo o diálogo com aqueles diretamente relacionados.

Devido à extensão do monitoramento pelo programa PRODES ainda não alcançar todos os biomas (no momento a cobertura do sistema se limita a Amazônia e Cerrado, assim como PPCDAm e PPCerrado), o SISREDD+ inicialmente tem seu desenvolvimento direcionado para os biomas monitorados. Porém, a intenção é expandir para todo o território nacional futuramente.

Para concluir, foram explicadas em detalhes as Salvaguardas abordadas na referente oficina. Em linhas gerais, a Salvaguarda A foi colocada como ponto de alinhamento entre políticas de REDD+ em âmbitos nacional e internacional, e nos diferentes níveis de governo.

Já a Salvaguarda B se refere as estruturas de governança e o envolvimento da sociedade ao longo do estabelecimento dessas políticas. Por fim, a Salvaguarda F engloba os pontos de prevenção de reversão, ou perda de resultados, das políticas contra o desmatamento.

Após a exposição, o debate desse momento se concentrou nos seguintes pontos:

- Observar o alinhamento dos requisitos de REDD+ ao que já existia em âmbito nacional e estadual;
- Fortalecimento dos sistemas estadual e municipal para ocupar mais os espaços de tomada de decisão;
- Existe uma necessidade urgente de políticas de regularização fundiária e demarcação de terras, em especial terras devolutas;
- Dificuldade em defender um território que não lhe é assegurado;
- Apenas o uso de sistema de comando e controle e o sucateamento do poder público podem ser alguns dos problemas para a eficiência das políticas de uso da terra;
- Assuntos socioambientais não deveriam ser discutidos em caixas, mas existe uma real limitação de tempo e recursos para uma discussão mais completa.

Seguiu-se com um momento de explanação de conceitos chaves e siglas relacionados ao SISREDD+, para que proporcionar um nivelamento conceitual dos presentes, visando melhorar a eficiência na produção dos indicadores. Dentre os conceitos trabalhados voltados aos objetivos da oficina estão:

- **Sinal de + (presente na sigla do REDD+):** significa Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal. Os participantes trouxeram para o debate que se deve, também, olhar para este conceito com uma atenção das políticas de REDD+ para com a conservação também de povos, de comunidades, de cultura, de saberes tradicionais.
- **UNFCCC:** Sigla em inglês que significa “Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima”. Convenção da ONU sobre mudanças climáticas da qual o Brasil é signatário. O Brasil tem trabalhado na tradução do que é tratado na convenção para o contexto brasileiro e na representação da voz nacional para o exterior, a partir de consultas à base. Por isso ressaltou-se a importância do diálogo entre as comunidades e o MMA, para que essa informação seja adquirida corretamente e da organização logística dessas comunidades para participação nas discussões e debates, para expressar os pontos deles.
- **COP:** A Conferência das Partes (COP) é o órgão supremo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que reúne anualmente os países Parte em conferências mundiais. Suas decisões, coletivas e consensuais, só podem ser tomadas se forem aceitas unanimemente pelas Partes, sendo soberanas e valendo para todos os países signatários.
- **CONAREDD+:** Comissão Nacional para REDD+, responsável por coordenar, acompanhar e monitorar a implementação da Estratégia Nacional para REDD+ do Brasil.

- **ENREDD+:** Estratégia Nacional de REDD+, representa um esforço de articulação e tradução das políticas de REDD+ e suas salvaguardas para o contexto brasileiro, respeitando a pluralidade que caracteriza o país.
 - **CCT Salv:** A Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas (CCT-Salv) desenvolve insumos para apoiar a tomada de decisão da [Comissão Nacional para REDD+](#) (CONAREDD+) sobre questões relacionadas ao acompanhamento de como as [Salvaguardas de Cancun \(Decisão 1/CP.16\)](#) estão sendo tratadas e respeitadas na implementação de REDD+ pelo Brasil.
 - **PPCDAm:** Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, envolve mais de dez ministérios em ações que visam a diminuição contínua do desmatamento e o desenvolvimento de atividades sustentáveis na Amazônia.
 - **PPCerrado:** Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas no Bioma Cerrado.
- PPCDs estaduais:** Planos Ação para Prevenção e Combate do Desmatamento nos estados.

Abertura institucional e atividades de plenária

A mesa de abertura foi composta por representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Ministério Público do Estado do Mato Grosso (MPE-MT) e da Secretaria Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA- MT).



Mesa de abertura da Oficina 2 - SISREDD+, Cuiabá - MT

Elcio Manchieri representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (COIAB) e Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+). Destacou a participação dos Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais na estrutura de governança de REDD+, tanto na CONAREDD+, como na Câmaras Consultivas Temáticas.

Monique Ferreira (Ministério do Meio Ambiente), Coordenadora Geral de Transparência e Financiamento para Florestas do Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento citou a importância do respeito às salvaguardas para a implementação efetiva da Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+). Destacou ainda que o MMA, como órgão federal, deve trabalhar em parceria com as secretarias estaduais para fortalecer o alinhamento das políticas nos diferentes níveis.

Luiz Alberto Esteves Scaloppe, Procurador de Justiça (Ministério Público Estadual de Mato Grosso), como anfitrião, deu as boas-vindas aos participantes da oficina e colocou as instalações do MPE à disposição para uso da sociedade. Citou o esforço no envolvimento do MPE-MT, inclusive com procuradores e promotores, nas causas ambientais refletindo a tendência global de olhar de forma mais consciente para estas causas. Além disso, reforçou

que alguns assuntos como o REDD+ perpassam as fronteiras de estado, comparando com a gestão de bacias hidrográficas, e, portanto, deveriam ser tratados a nível interestadual.

Alcilene Freitas (SEMA-MT) relatou pontos do trabalho com as políticas de mudanças climáticas e de REDD+ no Mato Grosso. Ela citou a experiência da SEMA na construção de 56 indicadores como resultados de diversas discussões acerca das salvaguardas. Por fim, colocou o papel do programa REM como instrumento de materialização dos indicadores levantados.

Após a abertura iniciou-se as apresentações institucionais do Grupo Natureza Sociedade e Conservação, responsável pelo apoio técnico-metodológico ao desenvolvimento do SISREDD+ Brasil, do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria de Estado Meio Ambiente do Mato Grosso. Todas as apresentações estão disponíveis no site REDD+ Brasil (<http://redd.mma.gov.br>), onde é feita a divulgação pública do processo de desenvolvimento do SISREDD+ Brasil.



Debates em plenária da Oficina 2 - SISREDD+, Cuiabá - MT



Participantes da Oficina 2 - SISREDD+, Cuiabá - MT

Sistema de REDD+ no Mato Grosso – (Alcilene Freitas, Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso) e **Uso da Geotecnologia no Monitoramento do Desmatamento e da Exploração Florestal em Mato Grosso** – (Gabriel Vitoreli Oliveira, Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso)

Primeiramente, foi apresentado um breve histórico do REDD+ no Mato Grosso. Durante algum tempo, a abordagem de políticas de REDD+ era basicamente conceitual. Em 2009, entretanto, houve a materialização das salvaguardas da política de redução do desmatamento do estado no Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas. Nesse evento, trabalhou-se, por um lado a conscientização da sociedade acerca do tema, por outro a formulação de indicadores e discussão de conceitos.

Destacou-se que tais indicadores foram construídos seguindo salvaguardas que primavam o respeito socioambiental, a transparência, a justiça e a equidade, com uma participação plena e efetiva dos setores.

Assim como em nível nacional, uma vez que o governo do estado do Mato Grosso comprova a redução adequada do desmatamento busca-se potenciais fontes de recompensa. Assim, o estado trabalha como um mediador na distribuição dos recursos.

Foi citada a redução do desmatamento ocorrida após o pico do desmatamento em 2004, comprovando a eficácia da política de incentivo à redução do desmatamento no estado. No entanto, esse não é um processo simples. Foi apontada a importância de uma ação conjunta contra o desmatamento, com apoio técnico dos setores, como ONGs, e da sociedade.

Como dificuldade para a diminuição da área desmatada no Mato Grosso, foi colocada a grande influência da agropecuária nas decisões do estado, devido à sua posição na economia. Considerando essa barreira, conseguir manter 60% da floresta em pé é um resultado de grande significância.

Para finalizar na apresentação da SEMA-MT foi abordado o papel do georreferenciamento para monitorar a degradação florestal e o desmatamento. Essa técnica já permitiu a identificação de cerca de 60% do desmatamento no estado. Entretanto, alguns focos de desmatamento podem não ser percebidos. Isso acontece quando a escala do desmate é menor do que a resolução da imagem do satélite pode capturar (30x30m).

Mesmo que o estado do Mato Grosso esteja investindo em sistema de monitoramento remoto para poder fazer ações de fiscalização mais eficazes, tentando responder no tempo mais adequado, ainda será necessário atrair mais recursos para melhoria dessa tecnologia. Por isso, o palestrante sugere que parte dos recursos resultantes do REDD+ possa ser destinado à melhoria do monitoramento por satélite.

Após a exposição, o debate desse momento se concentrou nos seguintes pontos:

- Apesar dos esforços na inclusão de povos e comunidades tradicionais no debate e construção de políticas pela SEMA-MT, ainda existe invisibilidade política e social das

comunidades. O estado não conhece suas comunidades em sua diversidade e, conseqüentemente, seus territórios.

- Dificuldade de reconhecimento da sociedade pluriétnica do estado do Mato Grosso
- Desenho de distribuição dos recursos oriundos do REM parte de um estudo técnico de estoque e fluxo e é feito com base em negociações e adaptações nos diferentes projetos e segmentos
- Uma questão urgente no estado é a violência no campo, decorrente da falta de respeito aos direitos humanos e da terra.
- Grande parte das queixas contra a secretaria resultam da falta de estrutura e disponibilização de recursos orçamentários e humanos para a questão ambiental.
- Atenção para a viabilidade dos indicadores que serão levantados para as salvaguardas, levando em conta as limitações de recursos do poder público.



Sistema REDD+ no Mato Grosso (Alcilene e Gabriel, SEMA-MT)

Segundo dia

Apresentações preparatórias (Sistemas de informação e monitoramento) e construção de Indicadores em grupos de trabalho

O Desenvolvimento do SISREDD+ e a Oficina do Mato Grosso (Camila Pianca, Grupo Natureza, Sociedade e Conservação)

A apresentação foi realizada em uma ordem temporal, situando a oficina do Mato Grosso no processo de construção do SISREDD+. Foi colocado que o ponto de partida foi a formulação de bases conceituais a partir de informações originadas pela CCT Salvaguardas, em especial a conceitualização das Salvaguardas de Cancun no contexto brasileiro, e outros processos anteriores. Foram consideradas também informações disponíveis pelo site REDD+ Brasil, e por elementos inspiradores de sistemas de informação semelhantes.

Apresentou-se um panorama de 138 alvos construídos na oficina do Acre para as sete salvaguardas de REDD+, e que seriam abordados apenas aqueles referentes as Salvaguardas A, B e F na oficina do Mato Grosso.

Também foi apresentada uma análise comparativa dos públicos da oficina do Acre e do Mato Grosso. Destacou-se a significativa participação em ambas as oficinas de representantes do setor público, em especial do governo estadual, demonstrando grande interesse nessas políticas. Outro ponto de destaque atenção foi o aumento da proporção de participação de povos e comunidades tradicionais, resultado de esforço de mobilização para este setor, por parte da comissão organizadora das oficinas. Por outro lado, houve uma redução proporcional de representantes da academia, de movimentos sociais e de povos indígenas. Também foi ressaltado o contínuo esforço de mapeamento e mobilização de setores/segmentos da sociedade, mesmo diante da limitação de recursos e metodológicos, e do desafio das dimensões do território nacional. Por fim, solicitou-se o apoio dos participantes das oficinas na identificação e mobilização de atores importantes ainda não adequadamente representados no processo.

Para finalizar, foram destacados alguns desafios para o monitoramento das salvaguardas de REDD+, dentre eles: a garantia de participação ampla e efetiva, como requisitado nas salvaguardas; o entendimento concreto dos conceitos necessários para discussão de indicadores; a real e eficaz integração de dados e sistemas; a eficiência da avaliação, evitando esforços desnecessários; e o financiamento e a qualidade de informação para implementação da ferramenta computacional do SISREDD+.

Após a exposição, o debate desse momento se concentrou nos seguintes pontos:

- Maior representatividade de segmentos ainda “invisíveis” para os processos de governo de construção e implementação de políticas públicas nas diferentes esferas federal, estadual e municipal.
- Ampliação dos recursos financeiro para ampliar a participação, governo deve buscar outras fontes de financiamento.

- Necessidade de um espaço de nivelamento conduzido pelos próprios povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, para que os conceitos possam ser “traduzidos” para uma linguagem mais acessível.
- Harmonização na linguagem/redação dos alvos construídos pelos participantes do Acre.
- Apesar dos esforços de melhoria por parte da equipe, a devida apropriação do conhecimento se dá de uma forma mais vagarosa que o tempo destinado para construção do sistema.
- Flexibilidade da equipe em realizar ajustes no processo foi positivamente ressaltada.

Construção de indicadores socioambientais das salvaguardas A, B e F (Caê Marinelli, Grupo Natureza, Sociedade e Conservação e Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia)

Seguiu-se com a explicação de como funciona e para que serve um sistema de informação, indicadores e os requisitos do sistema, definidos na oficina anterior no Acre. Esses pontos devem funcionar como base para o desenvolvimento dos indicadores.

Após a exposição, o debate desse momento se concentrou nos seguintes pontos:

- Tradução da linguagem técnica para a linguagem facilitada, para melhorar a transmissão das informações e dos conhecimentos.
- Termos técnicos podem ser difíceis, necessita de uma tradução, sem perder o sentido.
- Sugestão de apresentar casos concretos, para tornar os conceitos mais palpáveis e próximos da realidade.
- Aumentar a disponibilização de recursos/financiamento buscar a participação das comunidades tradicionais
- Formar um grupo de avaliação de resultados



Construção de indicadores socioambientais (Caê, Grupo NSC)

Debate sobre quais os públicos (beneficiários, envolvidos e usuários) do SISREDD+

Foi realizada uma atividade de debate sobre quem seriam os beneficiários, envolvidos e usuários do SISREDD+. Uma proposta para o papel destes públicos foi apresentada considerando que os Beneficiários correspondem àqueles grupos ou instituições que se beneficiariam dos resultados do SISREDD+ em algum momento. Envolvidos são as instituições e grupos envolvidos na implementação de REDD+ em âmbito nacional, estadual, regional e local. E os Usuários quem insere dado, analisa dado, gera informação no sistema. A proposta da atividade foi que os participantes, separados em dois grupos distintos (Grupos A e B) debatessem essa proposta e apresentassem considerações para melhoria da mesma. Os resultados estão registrados na tabela a seguir.

Quadro-resumo dos resultados da atividade sobre o público-alvo do SISREDD (Grupos A e B)

ATORES	BENEFICIÁRIOS	ENVOLVIDOS	ALIMENTADOR / GERADOR / USUÁRIOS
	<i>Dos resultados do SISREDD+ em algum momento</i>	<i>Instituições e grupos envolvidos na implementação de REDD+ em âmbito nacional, estadual, regional e local</i>	<i>Quem insere dado, analisa dado, gera informação (acessa o sistema)</i> Grupo A: significa “e” ou “ou”?
Comunidade nacional, especialmente formuladores e implementadores de políticas de florestas e mudança do clima <i>Comentários Grupo A:</i> 1) Governos e organismos internacionais ou outros atores? 2) Não seria melhor separar esses atores para definir se são beneficiários, envolvidos ou usuários)? 3) O termo “comunidade nacional” é muito amplo	A / B	A / B	A / B
Povos indígenas	A / B	A / B	A / B
Povos e comunidades tradicionais	A / B	A / B	A / B
Agricultores familiares e tradicionais	A / B	A / B	A / B
Utilizadores de recursos de pagamentos por resultados de REDD+ <i>Comentários Grupo A:</i> 1) Identificamos que esse ator está contemplado em outras categorias. Quem são esses utilizadores? 2) Onde está a iniciativa privada (empresas)?	B / (Grupo A: excluir, sem sugestão, aguardar esclarecimento)	B	B

Doadores e comunidades internacionais	A / B	-	A (Grupo A: É Possível o acesso aos dados? Caso seja possível, os doadores são usuários)
CONAREDD+, CCTs, governança do SIS, ouvidorias, governança das políticas e dos Fundos de REDD+	A / B	A / B	A / B
Organizações não-governamentais *	A / B	A / B	A / B
Acadêmicos *	A / B	A	A / B
Setor Privado (natureza jurídica privada com fins lucrativos) (Sugestão Grupo B)	B	-	B
Setor Público, secretarias não relacionadas às políticas florestais ou clima (Sugestão Grupo B)	B	-	B

*Foi sugerido em ambos os grupos a divisão dos atores das Organizações Não Governamentais e os Acadêmicos.

Monitoramento dos impactos dos Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento dos Estados da Amazônia Legal (Carolina Guyot, Indicar Estados, Instituto de Pesquisas da Amazônia)

A Plataforma Indicar Estados resultou de uma iniciativa de construção de indicadores a partir da avaliação histórica de dados já existentes, com o objetivo de avaliar impactos ambientais de algumas atividades e verificar a redução do desmatamento. Dessa forma, foi destacado que um dos desafios enfrentados foi a falta de sistematização das informações de forma integrada o que gerou, em alguns casos, duplicidade de informações ou falta no registro dessas informações. Por isso, colocou-se a importância da integração de sistemas de informação, como por exemplo entre a Plataforma Indicar Estados (<http://indicar.org.br/>) e o SISREDD+, para evitar deficiências de dados no futuro e sobreposição de esforços.

Hoje, a plataforma é dividida em quatro eixos (geral, monitoramento e controle, regularização fundiária e ordenação territorial, e fomento a atividades produtivas). Embora inicialmente era destinada para gestão interna, os dados produzidos já são disponibilizados para tomada de decisão de forma ampla. Inclusive, reforçou-se a ideia de que este é um sistema público e, portanto, pode ser alimentado por todos. Nesse ponto, foi colocado como um dos novos desafios, a dificuldade de apropriação do sistema pelo poder público e descontinuidade das políticas públicas, uma governança voltada para o sistema e o risco de se criar um sistema que não se sustente a longo prazo.

Após a exposição, o debate desse momento se concentrou nos seguintes pontos:

- Necessidade de repensar a disponibilização das informações que é apenas online, o que pode ser uma barreira para algumas comunidades;
- É bastante relevante ter uma ferramenta disponível para que a comunidade e os integrantes dos movimentos possam ter dados para suas próprias análises;
- Necessidade de capacitação de pessoal dentro das comunidades, mas para isso precisa-se de recursos financeiros e de pessoal capacitado para passar o conhecimento;
- O IPAM não é uma instituição de disponibilização de recursos, mas as comunidades podem requerer ajuda para monitoramento de suas áreas;
- A intenção é que as secretarias de meio ambiente se apropriem desse sistema, tomando a governança, pois não faz parte das atribuições do IPAM;
- Existe avaliação das metas atingidas, o que acontece junto aos estados.



Indicar Estados (Carolina Guyot, IPAM)

Segundo (período da tarde) e terceiro dia

Grupos de Trabalho para formulação de indicadores e feira de resultados

Os grupos de trabalhos multissetoriais foram divididos de acordo com as salvaguardas dessa oficina (A, B e F) sendo que para a salvaguarda F foram montados dois grupos, devido à grande quantidade de alvos a serem trabalhados. Os grupos foram formados de acordo com a afinidade dos participantes com os temas das salvaguardas, buscando no possível o equilíbrio de setores e gênero. Os grupos de trabalhos discutiram os alvos e definiram os indicadores, além de sua cobertura, frequência que este deve ser monitorado e observações pertinentes.

Ao final da atividade de construção de alvos cada grupo visitou os trabalhos dos outros grupos em formato de uma feira de informações, possibilitando que todos contribuíssem em todas as salvaguardas enriquecendo a construção dos indicadores de monitoramento. Por fim, os grupos fecharam seus trabalhos com a priorização dos indicadores levantados, determinando o grau de relevância de cada um dentro dos alvos discutidos.



BALANCO DA OFICINA

Os objetivos propostos para a oficina foram cumpridos com êxito. Para o período de nivelamento foi proposto que este momento tenha um maior protagonismo dos próprios representantes dos povos e comunidades tradicionais, tanto na preparação quanto na condução da atividade.

Analisando os participantes, apesar do grande esforço de mobilização, verificou-se poucos representantes da agricultura familiar e a ausência de jovens e de representantes do setor privado. Assim, foi sugerido uma maior atenção na mobilização destes grupos para as próximas oficinas. Vale ressaltar que estes atores foram convidados, mas por diversas razões não puderam comparecer ao evento. Também é importante informar que existe um número limite de participantes para cada oficina estabelecido de acordo com capacidade suporte da equipe técnica e proposta metodológica, garantindo assim que os objetivos de cada oficina sejam alcançados.

O que se percebe é que mesmo que a lista de convidados busque uma composição de atores de forma equilibrada, possivelmente devido a limitações como falta ou dificuldade de contato para confirmação, respostas após o prazo viável para emissão de passagens e a própria limitação de recursos para apoio à participação, não se tem a mesma composição equilibrada durante as oficinas na realidade. Esse é um desafio recorrente em processos participativos nas mais diferentes iniciativas no país. A equipe de organizadora da oficina vem constantemente refletindo sobre esta realidade, e sobre outros aspectos levantados pelos participantes, para buscar soluções viáveis para ampliação da participação destes setores com baixa representatividade e/ou ausentes no processo. Por fim, busca-se não só a ampliação em número, mas também em qualidade da participação no processo como um todo.

A seguir segue um quadro com informações (pontos chave, sugestões e considerações) recolhidas ao longo dos debates em plenária.

Pontos chave recolhidos durante os debates em plenária
Esclarecer os desenhos e mecanismos de repasse de recursos de REDD+
Salvaguardas nacionais nos ajudarão a ampliar o conhecimento no tema no estado e vice-versa
Recursos de REDD+ podem contribuir para aprimorar os instrumentos de monitoramento por satélite
O Cadastro Ambiental Rural (CAR) se mostra um elemento do futuro para observar os ganhos de floresta através da implementação dos programas de regularização ambiental (PRAs)
Comitê do estado (Povos e Comunidades Tradicionais - PCTs) pode ser o espaço para diminuir a invisibilidade política e social no MT
Monitorar possíveis efeitos negativos na implementação do CAR
Projeto de implantação de promotorias de meio ambiente por bacias hidrográficas
SEMA-MT está em um novo momento de gestão compartilhada
Alinhamento de políticas públicas de REDD+ nos diferentes níveis está no foco e sendo promovida.
Promover a participação em todo o processo, desde a elaboração, implementação e monitoramento dos indicadores das salvaguardas.
Estados com maiores taxas de desmatamento têm mais casos de violência no campo

Desafio do CAR: chegar às comunidades e pequenos produtores familiares
CAR coletivo está em discussão e construção
Existe um grupo de trabalho com a missão de integrar o CAR e territórios coletivos de PCTs
Ampliar a compreensão sobre a dinâmica e o conceito de povos e comunidades tradicionais
Público presente é heterogêneo, diversificado, representativo e tem afinidade e paixão pelo tema

Sugestões recolhidas durante os debates em plenária
Priorização dos alvos e redação mais padronizada
Simplificar a linguagem técnica/conceitos
Apresentar casos concretos, exemplos práticos e reais são essenciais
Buscar mais recursos para ampliar a participação de atores locais
Formar comissão de avaliação de resultados dos indicadores (SISREDD+)
A comissão organizadora incentivou os participantes da oficina de Mato Grosso a oferecer sugestões práticas para atividades nas próximas oficinas
Aprimorar a redação dos princípios para que fiquem com sentido mais positivo e mandatório



Considerações sobre o público da Oficina do Mato Grosso

Lista de participantes

	Atores e representantes	Instituição
1	Alcilene Freitas B. Souza	Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA-MT)
2	Ângela Cristina N. Costa	SAI/ Casa Civil - Cuiabá
3	Antonio José da Silva Sousa	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (SEMA - PA)
4	Bruno Brasil de Souza	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) - SP
5	Camila Monteiro Braga de Oliveira	Associação de Manejadores de Recursos Florestais do Acre - AC
6	Carolina Delgado de Carvalho	Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - CR Cuiabá
7	Carolina Guyot	Instituto de Pesquisas da Amazônia (IPAM)
8	Claudia Pinho	Rede Comunidades Tradicionais Pantaneiras
9	Crisanto R. Tseremey'Wa	Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT) - MT
10	Déborah Moreira	Instituto Caracol/ GPEA-UFMT
11	Denizia Cruz	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) - SP
12	Deroni Mendes	Instituto Centro de Vida (ICV)
13	Edilene Fernandes Amaral	Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPE)
14	Elaine Corsini	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA-MT)
15	Elcio Manchineri	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB/COIAB) - DF
16	Eliane Rodrigues de Lima	Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT) - MT
17	Elisa dos Santos Rezende França	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA-MT)
18	Elizeu da Silva (Xum Xum)	Quilombo Urbano de Capão Bonito - MT
19	Elton Antonio Silveira	Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA-MT)
20	Estevão Bororo Taukane	Comitê Indígena de Mudanças Climáticas (CIMC) e Câmara Técnica de Mudanças Climáticas (CT-MC) - MT
21	Fabiana de Fatima C. Barros	Associação do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA)
22	Felisberto Cupudunepá Filho	Superintendência de Assuntos Indígenas/Casa Civil-MT
23	Gabriel Vitorei Oliveira	Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA-MT)
24	Gresiella Helena Vitor Almeida	Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA-MT)
25	Jacira Correa Sarati	Quilombo Mutuca - MT
26	Janete dos Santos Oliveira	Terreiro de Umbanda Caboclo Sete Flechas - PA
27	Januário Tseredzaro Ruri-õ	Projeto DGM Brasil e Centro de Agricultura Alternativa (CAA) - MT
28	Jaqueline Homobono Nobre	Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF-AP)
29	Leonel Wohlfahrt	Fase-MT

30	Lucia S. I. Kawahara	Sema- Superintendência de educação ambiental
31	Luiz Francisco Tegon de Pinho	Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA-MT)
32	Luiza Muccillo	Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM – USP) - USP
33	Manoel Edivaldo Santos Matos	STTR Santarém - PA
34	Maria Jocicleide Lima De Aguiar	Grupo de Trabalho Amazônico (Rede GTA) - AC
35	Mauricio Moleiro Philipp	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA-MT)
36	Miraci Pereira Silva	Ass. Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA)
37	Mônica Leal	Earth Innovation Institute (EII)
38	Pedro Martins	Terra de direitos - PA
39	Raíssa Guerra	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) - DF
40	Regina Carvalho	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá (SEMA -AP)
41	Rubem Taverny	Associação dos Retireiros do Araguaia (ARA) - MT
42	Sâmya Milena Terra	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre (SEMA-AC) - AC
43	Soilo Urupe Chue	Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT) - MT
44	Tito Castro	Serviço Florestal Brasileiro (SFB) - DF
45	Valdemilson Ariabo	Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT) - MT
46	Vânia Marcia Montalvão	Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA-MT)
47	Yakagi Kuikuro Mehinaku	Associação Terra Indígena Xingu (ATIX); Câmara Técnica de Mudanças Climáticas (CT-MC); povo Kuikuro e Mehinaku - MT
Núcleo de Coordenação e Comissão organizadora da oficina		
48	Lívia Borges	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
49	Patrícia Abreu	Ministério do Meio Ambiente (MMA)/ Comissão organizadora da oficina)
50	Monique Ferreira	Ministério do Meio Ambiente (MMA)/ Comissão organizadora da oficina)
51	Leandra Fatorelli	Programa de Políticas para Mudança do Clima (PoMuC) – GIZ e facilitação
52	Camila Camara Pianca	Grupo Natureza, Sociedade e Conservação/ Comissão organizadora da oficina – coordenação técnica e facilitação
53	Carlos Eduardo Marinelli	Grupo Natureza, Sociedade e Conservação/ Comissão organizadora da oficina – coordenação técnica e facilitação
54	Cinthy Cordova	Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (Relatoria)

Oficina 2 – Mato Grosso

Quadro de indicadores construídos para salvaguardas A, B e F

Os quadros apresentam os resultados da atividade em grupo de proposição de indicadores para monitorar os alvos de monitoramento³. Os participantes propuseram para cada indicador sua **descrição** (Do que se trata o indicador, podendo ser desde um conceito até detalhamento), **cobertura** (O que será considerado, seu recorte), **frequência de avaliação** (A cada quanto tempo será avaliado, não é a frequência de coleta de dados, e sim de avaliação) e **observações** (Quaisquer informações relevantes para qualificar o indicador ou proposição de fontes ou forma de cálculo identificadas naquele momento). O restante das informações necessárias para finalizar a construção dos indicadores será desenvolvido na última oficina regional (Oficina de Brasília, DF) para todas as salvaguardas.

Os indicadores **em negrito** são aqueles que foram priorizados pelo grupo dentre os demais para o mesmo alvo. Vale ressaltar que os indicadores não estão completos, o trabalho de construção dos parâmetros de avaliação e fontes de informação será desenvolvido em uma oficina posterior ainda na etapa 2 deste processo, como mostra a figura 1 no início do documento.

³ Os alvos e monitoramento são temas relevantes para acompanhamento pelo SISREDD+ que foram definidos na oficina do Acre, também de forma coletiva, a partir de um conjunto de princípios, extraídos do documento de contextualização nacional das salvaguardas, elaborado pela Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas.

Salvaguarda A. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes

PRINCÍPIO	ALVO	INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Princípio 1. Ações financiadas por recursos de REDD+ não sejam contrárias aos objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais (Legislação Vigente)	1. Recursos relacionados à REDD+ nas políticas públicas	Repartição, acesso e efetividade de benefícios financeiros	-	-	-	-
		Acesso aos recursos oriundos de programas REDD+ por parte das bases de atores relevantes (PCT, PI, Agricultura familiar e tradicional e demais povos da floresta)	Pagamentos por resultados de REDD+ que beneficiem as comunidades direta ou indiretamente	PIs, PCTs e AFeTs beneficiados conforme o recorte do programa REDD+	Anual e Quadrienal	Povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e Agricultores Familiares e tradicionais (PIs, PCTs e AFeTs)-
	2. Envolvimento dos setores privados na implementação de ações de REDD+	Fomento à produção sustentável e à conservação e recuperação de ativos florestais	Benefícios financeiros voltado para as 3 linhas de ação: conservação, produção sustentável e recuperação de ambientes naturais	Iniciativa privada com fins lucrativos (áreas acima de 4 módulos fiscais)	Anual e Quadrienal	-
		Número de ações de REDD+ implementadas pelo setor privado	Ações de REDD+ e formas do setor privado se engajar na redução do desmatamento	-	Não preenchido	Exemplo de outras formas de engajamento: acordos setoriais
	3. Mecanismos de envolvimento dos estados nas negociações internacionais	Espaços propositivos de visões locais junto aos estados (governos)	diversos segmentos da sociedade civil organizada	Estados	Anual	-
		Iniciativas de promoção do envolvimento e parcerias dos estados em programas de REDD+	-	Estados e Amazônia/Cerrado	Anual	Por exemplo: GCF, Fórum das Secretarias de Meio Ambiente e Fórum do Meio Ambiente dos governadores
	4. Aderência das políticas públicas de REDD+ dos estados aos objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais	Criação e/ou implementação de políticas públicas (atende alvo 3 também)	políticas estaduais e/ou nacionais	Estados	Anual	Por exemplo: GCF, Fórum das Secretarias de Meio Ambiente e Fórum do Meio Ambiente dos governadores
		Acordos bilaterais entre estados e entes internacionais	Existência, aumento	Nacional: Amazônia e Cerrado	Anual	-

PRINCÍPIO	ALVO	INDICADOR		DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Princípio 2. Esforços nacionais pela prevenção e minimização de riscos e de impactos negativos provenientes de outras políticas	1. Redução, desafetação, Recategorização e não-homologação de territórios (SF-P3)	Será trabalhado em outra oficina, ainda na etapa 2.		-	-	-	-
	2. Respeito aos protocolos e acordos legais ou costumários construídos por povos e comunidades tradicionais	Apoio à instrumentalização de comunidades e construção e protocolos		Reconhecimento dos acordos e normas que não estão nos protocolos	Segmentos de povos e comunidades tradicionais	Bienal	Fonte: Segmentos da Cartografia Social Nacional (não inclui a agricultura familiar)
	3. Cumprimento da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira e de planos de combate ao desmatamento	Área reflorestada de integração Pecuária - floresta e redução de desmatamento		-	Estadual	Anual (conforme sumário de salvaguardas)	Atende também P4 da SG1
		Nível de emissões					
		Nível de implementação do PPCDAM e PPCDs			Estadual	Anual (conforme sumário de salvaguardas)	
	4. Alinhamento entre políticas ambientais de órgãos públicos de meio ambiente e os de infraestrutura, agropecuária, fundiários, de mineração e energia	Projetos de lei estadual e federal		-	Estadual/ Nacional	Anual	-
		Zoneamento Ecológico Econômico		-	Estadual	Anual	Status de implementação (aprovado, revisão, etc.);
		Planos setoriais de redução de emissões		-	Estadual/ Nacional	Anual	
		4.a) Órgãos públicos de infraestrutura	Plano DNIT	-	Nacional	Anual	-
		4.b) Órgãos públicos de agropecuária	políticas públicas/financiamentos que estimulam desmatamento, mesmo que legal	-	Nacional: Amazônia, Cerrado	Anual	-
		4.c) Órgãos públicos fundiários		-			-
		4.d) Órgãos públicos de mineração	Requerimentos para mineração	Relação requerimento X Área explorada	Nacional	Anual	Áreas são pontuais e menores para desmatamento
	4.e) Órgãos públicos de energia	Plano DECENAL	-	Nacional	Anual	-	
	5. Cumprimento de contratos por empresas envolvidas em concessões florestais (SB-P1 e P2)	Será trabalhado em outra oficina, ainda na etapa 2.		-	-	-	-
6. Licenciamento ambiental florestal e grandes empreendimentos	Trabalhado por outros grupos no MT		-	-	-	-	
7. Fiscalização e seus desdobramentos (P1 e SF-P2 e P3)	Trabalhado por outros grupos no MT		-	-	-	-	

Salvaguarda B. Estruturas de governança de governança florestais nacionais transparentes e efetivas, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional

**Estrutura de governança: instâncias e órgãos de tomada de decisão, gestão e execução de políticas públicas;*

**Efetivas: Cumprimento do seu papel como estrutura de governança*

PRINCÍPIO	ALVO	INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Princípio 1. Acesso a dados e informação sobre a implementação das legislações e políticas relevantes	1. Estrutura de ouvidoria e interação com o usuário	Ouvidoria de REDD+ implementada	"Existir de fato", em funcionamento (recebendo e prestando informações), recursos humanos e financeiros	Ouvidorias relacionadas à questão florestal	Anual	Decreto Federal - adesão a sistema de ouvidoria por estados e municípios
		Efetividade das estruturas de ouvidoria em relação ao usuário	Acessibilidade e capacidade de resposta, agilidade, Interoperacionalidade, diferentes órgãos e instâncias, linguagem simples e acessível às populações tradicionais	Ouvidorias relacionadas à questão florestal	Anual	Contratar pessoal sensível às queixas de PI,PCT, AFeT; tratar muitos temas transversais; canais de ouvidoria (falado, escrito, etc.)
	2. Transparência ativa versus passiva de dados e informação (P2 e SB-P3)	Adesão a processos de transparência	Ex. E-ouv (federal) Lei de acesso à informação Adotar princípios de governo aberto (Iniciativa internacional - premissas: dados abertos, mecanismos para acesso e transparência/ participação)	Matriz de políticas de REDD+ (CONAREDD+ resolução 9)	Anual	Transparência ativa: disponibiliza informações continuamente; Transparência passiva: age sobre demanda
		Atuação das estruturas de governança	Se exercem a transparência, preferencialmente ativa	Matriz de políticas de REDD+ (CONAREDD+ resolução 9) (Código Florestal – CAR)	Anual	
	3. Formatos (linguagem e diversidade) de acesso a informação (P2 e SB-P3)	Grau de inclusão e interação do usuário	Informações de forma simples e direta, incluindo traduções	Tipos de mecanismos disponíveis para acessar dados/ informações (aplicativo, e-mail, telefone)	Anual	Atentar para o uso excessivo de ferramentas digitais; buscar interações mais presenciais, mais “pé no barro” (ex. missões de campo)

PRINCÍPIO	ALVO	INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	OBSERVAÇÕES	
Princípio 2. Participação social plena e efetiva nas decisões	1. Cumprimento de previsão orçamentária e financeira para participação de PI, PCT, AFeT	Recursos para participação previstos e executados em programas/ projetos	PPA (previsão), LDO/LOA, relatório, gestão (execução) por todos	Uso de recursos de REDD+ para participação	Anual (LOA) e quadrienal	Seminários para formação em aspectos técnicos e conteúdo das políticas e decisões relacionadas à REDD+	
			Apoio financeiro e técnico (formação e/ou capacitação)	Políticas/programas relacionadas à questão (REDD+) florestal			
			Foco nos espaços de tomada de decisão e espaços de construção				
	2. Mecanismos para fortalecimento da participação e envolvimento de participantes nos espaços	Processos de formação para participação ativa e mobilização	Observar as práticas/ modos/ mecanismos/ programas/ projetos adotados para participação/mobilização Engajamento de jovens e mulheres	Observar as práticas/ modos/ mecanismos/ programas/ projetos adotados para participação/mobilização	Espaços consultivos e deliberativos das políticas relacionadas a PI, PCT, AFeT relevantes ao REDD+; métodos, procedimentos, práticas e decisões	Anual (PPA/ LOA)	Envolvimento de grupos vulneráveis; abrangência da representação; paridade; apoio logístico
				Engajamento de jovens e mulheres			
		Incorporação de processos tradicionais de tomada de decisão	Forma/ modo de tomada de decisão não deve ser unilateral	Espaços consultivos e deliberativos das políticas relacionadas a PI, PCT, AFeT relevantes ao REDD+; métodos, procedimentos, práticas e decisões	Anual e/ou Quadrienal		
			Respeitar as práticas de tomada de decisão tradicionais		Anual e/ou Quadrienal		
		Promoção da integração das decisões nas diferentes instâncias	Transmissão de informações e decisões ("via de mão dupla")	Espaços consultivos e deliberativos das políticas relacionadas a PI, PCT, AFeT relevantes ao REDD+; métodos, procedimentos, práticas e decisões	Anual e/ou Quadrienal	Ex. de incorporação/ integração: Atuação do Ministério Público de Roraima em crimes em Terras Indígenas, do Monitor Ambiental comunitário em irregularidades em UCs (ICMBio)	
			Mecanismos de integração/apoio financeiro para transmissão de decisões na BASE		Anual e/ou Quadrienal	-	
	3. Comprometimento de segmentos (produtivo, privado, grandes, médios, pequenos e familiares)	O grupo não vê parâmetros para avaliação do alvo	-	-	-	-	

	4. Representatividade e pluralidade nos espaços de governança	Espaços participativos, consultivos, deliberativos e efetivos	- Temporalidade/ Duração das instâncias de participação (era alvo do Princípio 3) necessária para o alcance dos seus objetivos - Quem participa na implementação, como são tomadas as decisões e avaliados os seus resultados - Participação na estruturação dos processos de seleção e tomada de decisões	Espaços nacionais (Matriz)	Anual e/ou Quadrienal	- Novo alvo - Na cobertura foram incorporados dois alvos
		Abrangência da representatividade incluindo grupos vulneráveis	- Espaços, representatividade, paridade entre segmentos e envolvimento (era alvo do Princípio 3) Paridade geracional e de gênero; - Nº de segmentos da sociedade			Na cobertura foi incorporado um alvo
	5. Transparência e coerência no processo de seleção e de decisão de participantes nos espaços	Satisfação com os processos de seleção e decisão	Análise qualitativa sobre a percepção/opinião	Estrutura de governança da ENREDD+	Anual e/ou Quadrienal	Coerência com processo e objetivos comuns
		Divulgação e clareza das regras e etapas dos processos de seleção	Ampla divulgação	Estrutura de governança da ENREDD+	Anual e/ou Quadrienal	Coerência com processo e objetivos comuns
Princípio 3. Gestão integrada e compartilhada	6. Convergência e sinergia entre Políticas Públicas da Matriz (Novo alvo)	Incorporação e implementação de elementos de REDD+ na matriz de políticas relacionadas a REDD+ e sua governança	Alinhamentos para alcance de objetivos comuns	Matriz REDD+ (CONAREDD+ resolução 9)	Anual (processo) e quadrienal (resultado)	-
			Esforços que contribuam para resultados	Matriz REDD+ (CONAREDD+ resolução 9)	Anual (processo) e quadrienal (resultado)	-

- Questionamentos: O grupo de trabalho desta salvaguarda indicou que parece faltar um princípio/ alvo que avalie a efetividade das estruturas de governança no alcance dos seus objetivos. Exemplo: efetividade da estrutura de governança florestal no cumprimento da legislação florestal; e se as demandas da base e objetivos das políticas estão sendo trabalhados nesses espaços.

Salvaguarda F. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+

PRINCÍPIO	ALVO	INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Princípio 1. Monitoramento efetivo - abrangente, frequente e preciso - de todas as áreas relevantes	1. Desmatamento e degradação florestal	Tendência de desmatamento	Redução da área florestal (corte raso)	Floresta nativa e Cerrado	Anual	PRODES (monitoramento por satélites do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal) ou Sistemas estaduais
		Área de degradação (Mapeamento da Degradação Florestal na Amazônia Brasileira –(Degrad)	Checagem da área degradada: ano 1 / área desmatada ano 2	Floresta	Anual	Busca de metodologia para Cerrado
	2. Regularização Ambiental	CAR validado	Razão entre CAR validado e o CAR declarado	Área passível de cadastramento	Anual	-
		Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA)	Acompanhar implementação de Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA)	Área do Prada	Anual	-
		Compensação ambiental	Identificação, quantificação e acompanhamento de áreas compensadas	Áreas compensadas (ativo e passivo)	Anual	-
	3. Riscos gerados pelas espécies exóticas (uso de PROVEG)	O grupo entende que pertence à salvaguarda E	-	-	-	-
	3. Implementação do ZEE	Identificação e respeito aos direitos legais e costumários	Considerar áreas em estudo ou identificação (áreas tradicionais)	Florestas e áreas rurais	Anual	-
		Mecanismos de monitoramento de implementação de ZEE	Existência de mecanismos de monitoramento	Estado	Anual	-
	4. Licenças/ autorização de exploração florestal	Exploração florestal	Checar autorizações X área de exploração para manejo florestal	Plano de Manejo Florestal Sustentável comunitário – (PMFSc)	Anual	-
	5. Licenças ambientais - obras de infraestrutura	Autorização de desmatamento	- Licença X Autorização X Perda da cobertura florestal (desmatamento, alagamento) - Monitoramento/compensação	Áreas licenciadas	Anual	-

	6. Monitoramento do uso do solo e da dinâmica de vetores de desmatamento	Dinâmica do uso do solo	-Identificação dos diferentes usos do solo e atividades -Acompanhar uso do solo para diferentes vetores ao longo do tempo	Área desmatada	Bienal (coleta de dados) Quadrienal	Terra Class (floresta e cerrado)
		Crédito rural	Volume de dinheiro para diferentes produtos e atividades	Município	Quadrienal	-
		Preço Commodities	Acompanhar preço de diferentes produtos	Área de agricultura tecnificada e pecuária	Quadrienal	-
Princípio 2. Fiscalização efetiva - abrangente, frequente e precisa - de todas as áreas relevantes	1. Desmatamento e degradação	Autos de infração e embargos	Relação entre polígono monitorado de desmatamento e os autos de infração e embargos	Área desmatada	Anual	Inclui áreas rurais e TIs, UCs
		Autos de infração e embargos	Relação entre área degradada e os autos	Área degradada	Anual	-
	2. Licença e exploração florestal	Autos de infração e embargos	Relação entre o monitoramento da exploração florestal e os autos	Áreas de manejo	Anual	Inclui áreas protegidas com uso sustentável
	3. Licença e obras de infraestrutura	Autos de infração e embargos	Relação entre: licença, autorização e autos	Área do empreendimento (Licença)	Anual	-
Princípio 3. Criação, efetiva implementação e manutenção de Unidades de Conservação	1. Implementação do SNUC	Criação de novas unidades de conservação, conforme as áreas prioritárias para conservação	-	-	-	-
		Número de UCs com plano de gestão	Aumento do número de planos e instrumentos de gestão	Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais (recorte entre uso sustentável e proteção integral)	Quadrienal	-
		Planos de manejo, elaborados aprovados e implementados	Aumento		Quadrienal	-
		Conselho gestor criado e atuante	-		-	-
	2. Instrumentos de gestão	Aumento da renda de populações residentes a partir do plano de manejo * Apoio a produção sustentável * Serviços sociais básicos (saúde, educação)	Renda a partir de atividades sustentáveis orientadas pelos planos	Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais	Quadrienal	Alvo fortemente relacionado com o Alvo 3 e vice-versa

Princípio 3. Criação, efetiva implementação e manutenção de Unidades de Conservação	3. Efetividade de Unidades de Conservação (de seus objetivos de criação não só de sua gestão)	Legislações que ameaçam áreas protegidas constituídas	Diminuição	Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais	Quadrienal	-
		Existência atividades ilegais	Ocorrência de mineração, roubo de madeira, fogo ilegal	-	-	-
		Desmatamento em áreas protegidas	Corte raso	Áreas protegidas	-	-
		Degradação em áreas protegidas	-	Áreas protegidas da Amazônia	-	-
	4. Iniciativas/Projetos de Lei que retrocedem/ameaçam territórios protegidos	-	-	-	-	Retirado por ser considerado um indicador
	5. Avaliações de TCUs e TCEs	Existência de previsão orçamentária para a implementação de UC	Aumento - Recursos financeiros; - Corpo técnico e administrativo	Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais	Quadrienal	-
	6. Sobreposição de imóveis rurais e Unidades de Conservação	Identificação das sobreposições de imóveis rurais e Unidades de Conservação	-	-	-	-
		Número de fiscalizações nas áreas protegidas	Aumento	Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais	Quadrienal	-
		Regularização fundiária de áreas protegidas	Quantificação do número de UCs, TIs e TQs com regularização fundiária	Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais	Quadrienal	-
		Conflitos e violência no campo	-	-	-	-
Princípio 4. Reconhecimento dos direitos dos PI, PCT, AFET e de seus territórios (Terras indígenas e territórios e de povos e comunidades tradicionais)	1. Sobreposição e justaposição de terras indígenas e territórios de povos e comunidades tradicionais com outras unidades territoriais, incluindo Unidades de Conservação (P3)	Regularização fundiária de áreas protegidas	Número de UCs com regularização fundiária	Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais	Quadrienal	-
		Número de consultas para a criação de UCs perto ou sobrepostas a TIs	Reconhecimento dos protocolos de consulta	Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais	Quadrienal	Observar as disposições da PNGATI

Princípio 4. Reconhecimento dos direitos dos PI, PCT, AFeT e de seus territórios (Terras indígenas e territórios e de povos e comunidades tradicionais)		Planos de uso conjuntos TIs/UCs elaborados e implementados	Aumento da participação de indígenas nos conselhos de UCs	Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais	Quadrienal	-
	2. Monitoramento da efetiva distribuição de benefícios de REDDD+	Acesso aos recursos financeiros pelos beneficiários (PI, PCT, AFeT)	Porcentagem dos recursos recebidos pelos PI, PCT, AFeT e distribuição territorial dos recursos	Recursos de REDD+ obtidos pelos governos federal e estaduais	Anual	-
		Representatividade dos PI, PCTs na distribuição dos recursos de REDD+	- Participação dos PI, PCTs nos fóruns de decisão sobre a distribuição de recursos - Reconhecimento dos protocolos de consulta	Recursos de REDD+ obtidos pelos governos federal e estaduais	Anual	Observar as disposições da PNGATI
	3. Implementação da PNGATI e de Planos de Gestão Territorial e Ambiental Indígena e de Territórios Quilombolas	Criação da PNGTA Quilombola	-	-	Quadrienal	-
		Previsão orçamentária e financeira para implementação de planos de gestão	Aumento do valor orçamentário para os planos de gestão	Terras indígenas e territórios quilombolas	Anual	-
		Existência de iniciativas indígenas de monitoramento ambiental e territorial	Aumento	Terras indígenas e territórios quilombolas	Quadrienal	-
		Apoio as práticas sustentáveis	-	-	-	-
		Planos de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PGTIs) elaborados e implementados	-	-	-	-
		Apoio às ações de fortalecimento cultural	-	-	-	-
		Corpo técnico e administrativo	-	-	-	-
		Serviços públicos básicos	-	-	-	-
	4. Homologação de territórios quilombolas e outros povos tradicionais e regularização fundiária de quilombos	Número de territórios quilombolas titulados	Aumento de territórios quilombolas titulados	Territórios quilombolas	Quadrienal	
	5. Demarcação e Homologação de Terras Indígenas (P2) e Regularização fundiária de TIs	Reconhecimento de territórios tradicionais	Com base nos conhecimentos e modos de vida tradicionais	-	-	-

Princípio 4. Reconhecimento dos direitos dos PI, PCT, AFET e de seus territórios (Terras indígenas e territórios e de povos e comunidades tradicionais)	4. Homologação de territórios quilombolas e outros povos tradicionais e regularização fundiária de quilombos 5. Demarcação e Homologação de Terras Indígenas (P2) e Regularização fundiária de Terras Indígenas	Reconhecimento dos direitos legais, costumários e originários	-	-	-	-
		Número de iniciativas ou legislações que ameaçam os direitos indígenas	Que ameaçam os direitos territoriais indígenas	Terras indígenas	Anual	-
		Número de terras indígenas homologadas	Aumento	Terras indígenas	Quadrienal	-
		Número de ações de aviventação e delimitação de TIs pela FUNAI	Aumento	Terras indígenas	Quadrienal	Aviventação: manutenção visual dos limites das TIs
		Número de TIs desintrusadas	Aumento	Terras indígenas	Quadrienal	-
Princípio 5. Fomento a atividades produtivas sustentáveis	1. Incentivos à produção sustentável	Crédito para produção sustentável	Volume de dinheiro disponibilizado às atividades produtivas sustentáveis (Separar PI, PCT, AF)	Município	Anual	-
		Comercialização da produção para mercado regulado	Volume (toneladas, R\$) comprado (PAA, PNAE, etc.)	Município	Anual	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
	2. Mecanismos de incentivos econômicos que beneficiem a produção sustentável por meio de agrossistemas e agroflorestas	Iniciativas de agregação de valor a produtos sustentáveis	Produção sustentável processada (volume processado/total)	Município	Anual	O indicador proposto era um alvo. Visão de representantes indígenas:- Visibilidade e valorização de produtos territoriais; Fomento as cadeias produtivas
	3. Assistência técnica e extensão rural e florestal (ATERF) para produção sustentável	ATERF para produção agroflorestal e agroecológica	Número de famílias atendidas (PI, PCT e AFETs) por ano, para produção agroflorestal e agroecológica	Município	Anual	-
	4. Emprego de recursos advindos de benefícios de REDD+ em prática sustentável	Volume recursos REDD+ em práticas sustentáveis	Checkagem entre o que foi acordado e implementado	Acordos/ programas	Anual	-

	6. Ameaça a variabilidade genética de sementes, incluindo as variedades crioulas	-	-	-	-	Alvo excluído
	5.Comercialização direta	Agregação das comunidades às iniciativas privadas de comercialização de produtos da sociobiodiversidade	-	Povos, comunidades e/ou empresas	Inicialmente anual	Exemplo/fonte: Origens Brasil
	-	Incentivos à produção alternativa à pecuária e monocultura	Incentivos: transferência de tecnologia, capacitação	iniciativa privada com fins lucrativos (áreas acima de 4 módulos fiscais)	Bienal	-